
**PRÁTICAS EMPREGADAS NO TRABALHO FINAL DE CURSO: UM ESTUDO
NOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATARINA**

Jucelia Appio

Mestranda em Administração FURB – Universidade Regional de Blumenau

e-mail: juceliaappio@yahoo.com.br

Maria José Carvalho de Souza Domingues

Professora e Coordenadora do Programa de Mestrado em Administração FURB –
Universidade Regional de Blumenau

e-mail: mariadomingues@furb.br

Resumo

No meio acadêmico há necessidade de pesquisas que contribuam para o entendimento a cerca da concepção e caracterização dos Trabalhos de Curso, uma vez que o mesmo é parte fundamental para o desenvolvimento de competências essenciais para a formação do administrador e possibilita a articulação entre a teoria e a prática. Este estudo investiga as práticas empregadas no Trabalho de Curso dos cursos de Administração. A pesquisa foi realizada nas 15 Instituições de Ensino Superior (IES) pertencentes à Associação Catarinense das Fundações Educacionais de Santa Catarina. A coleta de dados deu-se em dois momentos: primeiramente procedeu-se uma investigação documental nos sites, em seguida aplicou-se uma entrevista semi-estruturada com os coordenadores de estágio e coordenadores de curso. Os dados foram analisados quantitativa e qualitativamente. Quanto aos resultados, a pesquisa apontou que o Trabalho de Curso é um elemento essencial na formação e qualificação dos acadêmicos, sendo considerado obrigatório por todas as instituições pesquisadas. Quanto à realização a maioria das IES exige que os acadêmicos realizem seus trabalhos individualmente, em detrimento do trabalho em conjunto. Várias atividades podem ser consideradas como trabalho final de curso, tendo as IES autonomia para escolher e desenvolver formas que contemplem uma formação mais integrada e interdisciplinar.

Palavras-chave: Trabalho de Curso, Curso de Administração, Estágio.

Abstract

In academia there is need for research to contribute to the understanding about the design and characterization of the work of course, as this is integral to the development of essential skills to the formation of the administrator and allows the articulation between theory and practice. This paper investigates the practices employed in the work of courses of the courses of Administration. The survey was conducted in 15 institutions of higher education (IES) belonging to Catarinense Association of Educational Foundations of Santa Catarina. The data collection took place in two stages: first there has been a documentary research on sites, then

applied to a semi structured interview with the coordinators of probation and coordinators of course. The data were analyzed quantitatively and qualitatively. The results, the poll showed that the work of course is an essential element in the training and qualification of academics and is considered mandatory for all institutions surveyed. In most IES achievement requires that the academic conduct its work individually, rather than working together. Several activities can be regarded as final work of course, with IES autonomy to choose and develop forms that provide a more integrated and interdisciplinary training.

Key Words: Work of course, course of administration, probation.

1. Introdução

Um dos maiores desafios enfrentados pelos gestores das Instituições de Ensino Superior (IES) é colaborar para o desenvolvimento intelectual e profissional do acadêmico criando condições de aplicação dos conteúdos aprendidos durante a graduação a prática organizacional, formulando e diagnosticando problemas organizacionais. Dentre esses desafios pode-se fazer menção ao Trabalho de Curso, nomenclatura instituída por meio da resolução nº 4 de 13/07/05 (BRASIL, 2005), pelo Ministério da Educação, por meio da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, aplicada a partir do período letivo de 2006. Essa resolução revogou as Resoluções CES/CNE nº 2/1993 e nº 1/2004 a qual considerava a nomenclatura de trabalho de conclusão de curso no programa de graduação em Administração.

Nos cursos de graduação em Administração, as Diretrizes Curriculares atuam como guia para organização do processo de ensino aprendizagem. Além das premissas obrigatórias, cada IES opta por incluir ou não em sua matriz curricular o Trabalho de Curso, para efeito de avaliação final, onde o acadêmico prepara-se para desenvolver o senso crítico e habilita-se a aplicar efetivamente o conteúdo aprendido em sala de aula na prática organizacional.

Teoria e prática, tanto para o docente como para o acadêmico, favorece o processo de ensino-aprendizagem tornando mais fácil a condução de pesquisas efetivamente necessárias. Desta forma, o Trabalho de Curso passa a ser uma oportunidade ao graduado para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e do exercício profissional, pois o Trabalho de Curso é o ápice da formação superior, momento em que o acadêmico/pesquisador irá desenvolver seu trabalho. Espera-se que o acadêmico, ao elaborar seu trabalho, assuma uma postura de autor defensor de sua idéia e formule suas conclusões fundamentadas na reflexão sobre os diversos conhecimentos de que ele se apropriou ao longo do curso (FREITAS et al., 2006).

Mesmo sabendo da importância do Trabalho de Curso para a formação acadêmica, o mesmo é opcional nas IES, pertencendo a elas o poder de definir sua denominação, dentre as quais: monografia, projeto de iniciação científica, ou projetos de atividades centradas em áreas teórico-práticas, entre outros que vem suscitando distintas reflexões. Para Salomon (2001, p. 252) “essas diversificações de termos para designar a mesma coisa e o emprego do mesmo termo para traduzir coisas diferentes ainda perduram, trazendo confusões e equívocos”. No Brasil, o Trabalho de Curso é opcional da instituição e regulamentado pelo Art. 9º da Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005 (BRASIL, 2005) do Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Superior. Por ser opcional da instituição, torna-se evidente que esse tipo de moldagem passa a tornar os cursos mais focalizados nos seus próprios objetivos e guiam acadêmicos em vista a realização das etapas formais de aprendizagem.

Diante desta questão, torna-se relevante estudar como as IES estão lidando com a importância atribuída a esse processo de formação. Avaliando-se os Anais da EnANPAD, EnEO, Simpósio, EnADI, EnAPG, EnEPQ, percebe-se que não se tem dado tanta importância a esse tema. Diante desta questão, objetiva-se identificar as peculiaridades empregadas no Trabalho de Curso de Graduação em Administração nas Instituições de Ensino Superior (IES), pertencentes ao sistema ACAFE no estado de Santa Catarina, que reúne as 15 IES mais antigas do Estado. Este sistema é uma entidade sem fins lucrativos, com a missão de “promover a integração dos esforços de consolidação das instituições de ensino superior por elas mantidas, de executar atividades de suporte técnico-operacional e de representá-las junto aos órgãos dos Governos Estadual e Federal” (ACAFE, 1974).

Para alcance desta proposta de estudo, apresenta-se os seguintes objetivos específicos: (a) identificar nas IES pesquisadas a Nomenclatura utilizada para identificação do Trabalho de Curso; (b) verificar como o Trabalho de Curso deve ser realizado pelos acadêmicos (individual ou dupla); (c) verificar se o Trabalho de Curso é um processo obrigatório para a formação do acadêmico; (d) identificar qual a nota mínima para aprovação; (e) verificar se os acadêmicos deveram defender seu projeto em banca; (f) identificar critérios de defesa do trabalho final (pública ou fechada); (g) identificar os componentes da banca examinadora da defesa final e componentes da estrutura organizacional.

Esse trabalho está estruturado da seguinte forma: (1) breve introdução e objetivos; (2) ensino de Administração no Brasil, Matrizes Curriculares dos cursos de Administração a nível nacional e Trabalho de Curso; (3) metodologia de pesquisa e caracterização das IES pesquisadas; (4) fase qualitativa de descrição dos dados coletados; e (5) considerações finais do estudo.

2. O Ensino de Administração no Brasil

O ensino de administração no Brasil teve seu início em 1952, contribuindo com a formação social, qualificando profissionais para diferentes funções de controlar, analisar e planejar as atividades empresariais (ANDRADE E AMBONI, 2004). Cria-se em 1954 a primeira Instituição Brasileira de Ensino de Administração denominada Fundação Getúlio Vargas (FGV), visando preparar pessoas qualificadas para administrar empresas públicas e privadas. Esse contexto ganhou amplitude despertando a necessidade de qualificação de profissionais de ensino, em seguida, surge à necessidade de criarem-se espaços físicos que suportassem as necessidades desses profissionais. Para Martins (1989, p. 663-676) apud Andrade e Amboni (2004, p. 03):

“Tratava-se de formar, a partir do sistema escolar, o “administrador profissional”. Esse processo se intensificaria no momento da regulamentação da profissão [...], quando o acesso ao mercado profissional passaria a ser restrito aos portadores de títulos universitários”.

Tal processo acentuou-se por ocasião da regulamentação da profissão, efetivada por meio da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, (BRASIL, 1965), a qual cria o Conselho Federal de Administração (CFA) com sede em Brasília – Distrito Federal, com objetivo de “orientar e disciplinar o exercício da profissão de Administrador”, mencionando que “para o exercício da profissão de Administrador é obrigatória a apresentação da Carteira de Identidade de Administrador, [...] juntamente com prova de estar o profissional em pleno gozo dos seus direitos sociais”. (BRASIL, 1965). Recentemente, foi Aprovado pela Resolução

Normativa CFA nº 353, de 9 de abril de 2008, o novo código de ética Profissional do administrador. Em seu preâmbulo menciona (BRASIL, 2008):

I - De forma ampla a Ética é definida como a explicitação teórica do fundamento último do agir humano na busca do bem comum e da realização individual.

II - O exercício da profissão de Administrador implica em compromisso moral com o indivíduo, cliente, empregador, organização e com a sociedade, impondo deveres e responsabilidades indelegáveis.

III - O Código de Ética Profissional do Administrador (CEPA) é o guia orientador e estimulador de novos comportamentos e está fundamentado em um conceito de ética direcionado para o desenvolvimento, servindo simultaneamente de estímulo e parâmetro para que o Administrador amplie sua capacidade de pensar, visualize seu papel e torne sua ação mais eficaz diante da sociedade.

O novo código de ética complementa as ações do código anterior, buscando atender e facilitar o desempenho do exercício profissional do administrador. A tabela a seguir oferece uma visão geral da evolução dos cursos de administração no Brasil, segundo dados do MEC/INEP/DAES.

ANO	IES	Matriculas	Concluintes
Antes de 1960	2	N/I	N/I
1960	31	N/I	N/I
1970	164	66.829	5.276
1980	247	134.742	21.746
1990	320	174.330	22.394
2000	821	338.789	35.658
2002	1158	493.104	54.656
2003	1710	576.305	64.792

Tabela 1 – Resumo da evolução dos Cursos de Administração no Brasil

Fonte: BRASIL, História dos cursos de Administração do Brasil, 1965. Disponível em: http://www.cfa.org.br/download/hist_cur_adm.pdf. Acesso em: 15 de jun. 2008, 9:54

Segundo publicações do INEP (2005) o curso de gerenciamento e administração possui 2.484 cursos presenciais no Brasil em 2005, compreendendo as áreas gerais e áreas detalhadas.

2.1. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração

A Resolução do Conselho Federal de Administração CNE/CES nº4, de 13/07/2005, publicada no Diário Oficial da União de 19/07/2005 (BRASIL, 2005, p.03) institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, o qual menciona:

Art. 5º - Os cursos de graduação em Administração deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do

meio através da utilização de tecnologias inovadoras e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

I - Conteúdos de Formação Básica: relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas;

II - Conteúdos de Formação Profissional: relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações, e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços;

III - Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias: abrangendo pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração; e

IV - Conteúdos de Formação Complementar: estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando.

Com distribuição obrigatória de: 720 h/a na formação básica; 1.020 h/a na formação profissional; 960 h/a nos estudos quantitativos e suas tecnologias (ANDRADE E AMBONI, 2004). Além desses componentes disciplinares, os acadêmicos serão obrigados a realizar um estágio supervisionado de 300 h/a (BRASIL, 2005, p. 04) prevendo em seu Art. 7º:

“O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus Colegiados Superiores Acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização”.

O estágio é uma oportunidade ímpar que o acadêmico tem para aprofundar conhecimentos científicos e habilidades nas áreas de seu interesse. Para Bianchi, Alvarenga e Bianchi (2002, p. 29), “o estágio é um período de estudos práticos para a aprendizagem e a experiência, envolvendo supervisão, revisão, correção e exame cuidadoso, trazendo resultados surpreendentes quando visto e desenvolvido de forma adequada”. Nesse processo, o papel do professor orientador, é o de indicar bibliografias, sugerir métodos adequados à realização, acompanhar o acadêmico no desenvolvimento de suas atividades, orientando quanto aos procedimentos adequados a serem seguidos, e incentivando o acadêmico para o exercício profissional no mercado de trabalho.

Como o ensino superior orienta que se desenvolva o ensino, à pesquisa e à extensão, muito deve ser feito pelas IES. Segundo O art. 9º a Resolução do Conselho Federal de Administração (BRASIL, 2005, p.03) CNE/CES nº 4, de 13/07/2005 publicado no Diário Oficial da União de 19/07/2005:

O Trabalho de Curso é um componente curricular opcional da Instituição que, se o adotar, poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso, na forma disposta em regulamento próprio.

Parágrafo único. Optando a Instituição por incluir no currículo do curso de graduação em Administração o Trabalho de Curso, nas modalidades referidas no caput deste artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu conselho superior acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos

e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

O Conselho Federal de Administração e a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD) em 20/09/2005 manifestaram sua preocupação com a opção dada pela legislação defendendo a sua obrigatoriedade, considerando o Trabalho de Curso como um ponto forte, viabilizando pela relação de teoria e a prática, fundamental para o processo de ensino-aprendizagem (BRASIL, 2006). Diante disso, podemos dar ênfase ao desenvolvimento do Trabalho de Curso, considerado a última prática acadêmica desenvolvida pelo acadêmico para a obtenção do título de bacharel em Administração.

Freitas et al (2006) comenta que há certa resistência por parte dos acadêmicos em relação à maioria das atividades propostas pelas IES, dentre elas o Trabalho de Curso, quando estas lhes exigem um nível elevado de rigor, comprometimento, raciocínio lógico, criatividade e/ou dedicação. Nesse processo a figura do professor orientador é importante no sucesso ou fracasso do acadêmico, pois recai sobre ele a responsabilidade de orientá-lo e direcioná-lo ao alcance dos resultados esperados no que diz respeito à contribuição científica e a formação profissional. Desta forma, a parceria formada entre os agentes envolvidos no processo: coordenadores do curso de administração, docentes, acadêmicos, empresas concessionárias, possibilita a elaboração do Trabalho de Curso e prepara o acadêmico para o mercado de trabalho, capacitando o mesmo a praticar as teorias na prática e encoraja-o a ser competente fora do ambiente escolar.

2.2. O Trabalho de Curso

Conforme Roesch (1996) e Ferraz (2003) Trabalhos de curso, vinculados ou não a uma atividade de estágio, são atividades voltadas para uma complementação da formação profissional do acadêmico. Entretanto, não há uniformidade nos estágios ou Trabalho de Cursos aplicados nas Instituições de Ensino Superior, o mesmo aplica-se com base nas especificidades dos cursos. As atividades de estágio ou os trabalhos de curso fazem parte de alguns currículos de graduação e são planejados, executados e avaliados conforme as normas próprias das diferentes IES em que estão inseridos. Para Gaspari, Jacoby e Oliveira (2006) ambos são extremamente importantes para a formação profissional, científica e investigativa de administradores. O estágio deve possibilitar ao acadêmico realizar análises administrativas, intervindo para a melhoria contínua, enquanto o Trabalho de Curso permite seu aperfeiçoamento na prática da pesquisa, metodologia científica e prepara o acadêmico para outras atividades como a pós-graduação.

Segundo Freitas et al (2006) para que o Estágio ou o Trabalho de Curso não represente somente uma mera reprodução do conhecimento já aprendido, o mesmo promova crescimento e maturidade intelectual, evidenciado por seus elementos de interdisciplinaridade. Podendo ser caracterizado e conceituado pela necessidade de se buscar uma ligação das diversas disciplinas estudadas sobre o assunto. O autor menciona ainda que esse processo de interdisciplinaridade deve-se muito pelas visões dos professores orientadores, os quais orientam o acadêmico desde o início ao fim do processo.

No processo inicial de elaboração os acadêmicos ou grupos de acadêmicos preparam um Projeto ou Plano de Trabalho, onde constam:

- a) escolha do tema;

- b) justificativa da importância do tema;
- c) revisão da literatura;
- d) determinação dos objetivos e da metodologia do trabalho;
- e) cronograma das atividades a serem desenvolvidas.

Segundo Skora et al (2006) no desenvolvimento das atividades do Trabalho de Curso estão envolvidos os seguintes participantes:

- Coordenador de Curso: professor responsável pela organização e supervisão de todas as atividades do Curso de Administração.
- Coordenador do Trabalho de Curso: professor responsável pela coordenação das atividades relacionadas ao Trabalho de Curso.
- Professor Orientador: docente do Curso de Administração, indicado pelo Coordenador de Curso, para orientar a formatação do projeto e o trabalho final.
- Professor Avaliador: docente indicado pelo Coordenador de Curso, Coordenador de Estágio ou Coordenador do Trabalho de curso, para participar na Banca Avaliadora. Também participam da banca o professor orientador.
- Equipe de Acadêmicos: discentes do Curso de Administração que, integrados e sob a supervisão do professor orientador, irão desenvolver o Trabalho de Curso.
- Representante da Empresa: profissional formalmente indicado pela organização que acompanhará as atividades práticas dos acadêmicos.

Nesse processo que envolve a elaboração do Trabalho de Curso os acadêmicos são assessorados pelo orientador, garantindo assim melhor percepção das necessidades de adequação do trabalho (SKORA et al, 2006). De forma geral, cabe ao orientador, entre várias atribuições, planejar programas de estudos e atividades de trabalho, além de acompanhar a elaboração, o desenvolvimento e a execução do projeto e avaliar os relatórios parciais e finais. Para o relatório final, além dos itens anteriormente apresentados no projeto, o acadêmico deve acrescentar os resultados obtidos e as conclusões finais (FERRAZ, 2003).

No estudo de Skora et al (2006) os resultados indicam que para as IES, o Trabalho de Curso melhora a imagem institucional; proporciona a abertura de canais de relacionamento com o mercado empresarial; intensifica as oportunidades de parcerias com as empresas; cria oportunidades de prospecção de outras empresas para novos projetos; e intensifica a indicação de novos acadêmicos por partes das empresas. Quanto ao acadêmico, o Trabalho de Curso é como uma oportunidade para aplicar os conhecimentos adquiridos; exercitar a visão estratégica da empresa; desenvolver a capacidade de planejamento; melhorar a auto-estima; exercitar o trabalho em equipe; desenvolver liderança e delegação; praticar o gerenciamento de conflitos e negociação; desenvolver a capacidade de diagnóstico e análise de problemas; desenvolver as habilidades de expressão e comunicação e exercitar comportamentos éticos e profissionais.

Comprova-se desta forma que o Trabalho de Curso é uma forma de ensino-aprendizagem importante para a formação e preparação do acadêmico para exercitar suas atividades no âmbito empresarial.

3. Metodologia de Pesquisa

Vinculada à necessidade deste trabalho, esta pesquisa caracteriza-se como exploratória utilizando-se de análise documental seguida de pesquisa descritiva. A pesquisa exploratória “procura conhecer as características de um fenômeno para procurar explicações das causas e conseqüências do dito fenômeno” (RICHARDSON, 1989, p. 281). Para Cervo e Bervian (2002, p.66) a pesquisa descritiva “procura descobrir, com a precisão possível a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com os outros, sua natureza e características”.

A coleta de dados deu-se em dois momentos: primeiramente procedeu-se uma investigação documental nos sites, afim de, identificar características das matrizes curriculares dos cursos de administração publicadas pelas IES. Em seguida, aplicou-se uma entrevista semi-estruturada via telefone com os coordenadores dos cursos de administração e coordenadores de estágio, a fim de esclarecer dúvidas para o alcance dos objetivos.

3.1. População

A população do estudo refere-se às 15 IES pertencentes ao sistema ACAFE conforme Quadro 1 a seguir.

IES	Denominação das IES Pesquisadas	Localização
IES 1	FURB – Universidade Regional de Blumenau	Blumenau
IES 2	UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina	Florianópolis
IES 3	UnC – Universidade do Contestado	Caçador
IES 4	UNERJ – Centro Universitário de Jaraguá do Sul	Jaraguá do
IES 5	UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense	Criciúma
IES 6	UNIBAVE – Centro Universitário Barriga Verde	Orleans
IES 7	UNIDAVI – Universidade Para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí	Rio do Sul
IES 8	UNIFEBE – Centro Universitário de Brusque	Brusque
IES 9	UNIPLAC – Universidade do Planalto Catarinense	Lages
IES 10	UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina	Tubarão
IES 11	UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí	Itajaí
IES 12	UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville	Joinville
IES 13	UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária Regional	Chapecó
IES 14	UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina	Joaçaba
IES 15	USJ – Centro Universitário Municipal de São José	São José

QUADRO 1 - Universidades pertencentes ao sistema ACAFE

Fonte: ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DAS FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS. **Mapas do Sistema ACAFE**. Disponível em <http://www.acao.org.br/new/index.php?endereco=conteudo/institucional/mapas.php>. Acesso em: 06 de março de 2008. 10:00

Com base nos dados pode-se considerar como fator relevante à forma como é realizado o Trabalho de Curso, pois 93,33 % das IES (QUADRO 2) os trabalhos são desenvolvidos individualmente e somente 6,66%, ou seja, uma IES (UNOESC) permite a realização em dupla.

Em relação à nota mínima obrigatória para aprovação 53,33 % das IES exigem nota igual ou superior a sete e 46,66% igual ou superior a seis (QUADRO 2). Avaliando-se as matrizes curriculares percebe-se que essa nota é estipulada pela IES como critério de aprovação para as demais disciplinas curriculares.

Quanto à defesa de Projeto verificou-se que somente as IES – UNC e UNOESC (13,33 %) exigem que o acadêmico qualifique seu projeto em banca. Nesse procedimento o acadêmico submete seu projeto a uma banca examinadora, defendendo seus objetivos, sua metodologia, argumentando com clareza o que pretende alcançar, auferindo sugestões e contribuições.

Quando a defesa Pública, (apresentação oral do trabalho que irá compor o conceito final do acadêmico), os resultados indicam que 86,66% das IES, optam pela defesa final do trabalho em regime Público, é importante salientar que dessas 13 IES (QUADRO 2), duas (UNIVALI E UNOCHAPECÓ) abrem exceções caso o acadêmico ou a empresa concessionária do estágio, restringem-se em publicar resultados sigilosos do trabalho. Outro fator relevante para as IES 2 e 15, respectivamente UDESC E USJ é o fato de não exigem que o acadêmico realize a defesa pública do Trabalho de Curso, sendo o mesmo avaliado somente pelo professor orientador. Segundo o Regimento Geral – Resolução CONSUNI 004/2007 da USJ - Seção IX, referente ao Trabalho de Conclusão de Curso Art. 203 (USJ, 2007): “a avaliação dos TCCs será realizada diretamente pelo professor orientador”. Dentre outros, a avaliação dos relatórios busca identificar as adequações dos recursos didáticos explorados, a dedicação do acadêmico às atividades de estudo e a contribuição do trabalho para a academia, empresa e sociedade.

Com relação aos Professores (membros) da banca examinadora, desconsiderando-se aquelas mencionadas acima (UDESC E USJ), em que o professor orientador avalia individualmente o trabalho, pode-se dar ênfase a IES 12 (UNIVILLE) onde participam dois professores convidados na banca e o professor orientador é somente um membro ouvinte. As demais IES constituem-se como membros da banca o Prof. orientador mais 2 membros internos da IES, os quais têm conhecimento dos temas abordados.

Os dados mencionados nesse contexto encontram-se descritos no quadro a seguir.

IES	Nomenclatura	Realização	Nota mínima	Defesa projeto	Sessão de Defesa	Professor (membros) da banca examinadora
IES 1	Estágio Supervisionado em Administração	Individual	Igual ou superior a seis	Não	Pública	1º orientador; 2º interno 3º interno
IES 2	Estágio Supervisionado em Administração	Individual	Igual ou superior a sete	Não	Não há sessão de defesa	Avaliação do relatório final pelo professor orientador
IES 3	Trabalho de Conclusão de Curso	Individual	Igual ou superior a sete	Sim	Pública	1º orientador; 2º professor de TCC; 3º interno

IES 4	Trabalho de Conclusão de Curso	Individual	Igual ou superior a seis	Não	Pública	1º orientador; 2º coordenador de estágio; 3º interno
IES 5	Monografia	Individual	Igual ou superior a seis	Não	Pública	1º orientador; 2º interno; 3º interno
IES 6	Trabalho de Conclusão de Curso	Individual	Igual ou superior a seis	Não	Pública	1º orientador; 2º interno; 3º interno
IES 7	Trabalho de Curso	Individual	Igual ou superior a seis	Não	Pública	1º orientador 2º interno; 3º interno
IES 8	Trabalho de Conclusão de Curso	Individual	Igual ou superior a seis	Não	Pública	1º orientador; 2º interno; 3º interno
IES 9	Estágio curricular Super. do curso de Administração	Individual	Igual ou superior a seis	Não	Pública	1º orientador; 2º interno; 3º interno
IES 10	Relatório de estágio Sup. em Administração	Individual	Igual ou superior a sete	Não	Pública	1º orientador; 2º interno; 3º interno
IES 11	Trabalho de Conclusão de Estágio	Individual	Igual ou superior a sete	Não	Pública (com restrições)	1º orientador; 2º interno; 3º interno
IES 12	Trabalho de Conclusão de Estágio	Individual	Igual ou superior a sete	Não	Pública	Orientador (ou vinte); 1º interno; 2º interno
IES 13	Trabalho de Conclusão de Curso	Individual	Igual ou superior a sete	Não	Pública (com restrições)	1º orientador; 2º interno; 3º interno
IES 14	Trabalho de Conclusão de curso	Individual ou dupla	Igual ou superior a sete	Sim	Pública	1º orientador; 2º interno; 3º interno
IES 15	Trabalho de Conclusão de Curso	Individual	Igual ou superior a sete	Não	Não há sessão de defesa	Avaliação do relatório final pelo professor orientador

QUADRO 2: Características dos trabalhos de curso.

Fonte: Dados da pesquisa

Segundo Lima e Olivo (2007) e Skora et al (2006) o êxito alcançado com a realização das atividades desenvolvidas no Estágio Supervisionado ou no Trabalho de Curso depende da ação conjunta de uma equipe formada por: Estudante, Professores ligados à disciplina de Estágio/Supervisionado ou de Trabalho de Curso, Professor-orientador, Coordenador responsável pela concepção e condução do programa e secretário (a). Os dados coletados na pesquisa demonstram que 100% das IES pesquisadas (QUADRO 3) optam pela participação do acadêmico e do professor orientador. Quanto ao coordenador ou supervisor do programa 93,33% o consideram como componente fundamental na estrutura administrativa do Trabalho de Curso. Somente possui em sua conjuntura normativa o professor de disciplina as IES – UNC, UNESC, UNIVALI. Dentre esses componentes da estrutura organizacional pertencentes ao quadro interno das instituições, as IES – UDESC, UNC, UNERJ, UNIDAVI, UNIFEBE, UNOESC e UNJ mencionam a importância da participação do supervisor da empresa, como componente integrante da estrutura, com a função de supervisionar as atividades desenvolvidas pelo acadêmico, quando das funções e atividades realizadas no

âmbito da empresa. A seguir quadro demonstrativo dos componentes da estrutura organizacional do Trabalho de Curso.

IES	Componentes da Estrutura Organizacional do Trabalho de Curso
IES 1	1. Coordenador de Estágio; 2. Professor Orientador; 3. Acadêmico.
IES 2	1. Coordenador de Estágio; 2. Professor Orientador; 3. Supervisor da Empresa; 4. Acadêmico.
IES 3	1. Supervisor de estágio; 2. Professor de TCC; 3. Professor Orientador; 4. Supervisor da empresa; 5. Acadêmico.
IES 4	1. Coordenador de Estágio; 2. Professor Orientador; 3. Supervisor da Empresa; 4. Acadêmico.
IES 5	1. Coordenador de Estágio; 2. Professor de Estágio; 3. Professor Orientador; 4. Acadêmico.
IES 6	1. Coordenador de Estágio ; 2. Professor Orientador ; 3. Acadêmico.
IES 7	1. Coordenador de Estágio ; 2. Professor Orientador ; 3. Supervisor da Empresa; 4. Acadêmico.
IES 8	1. Coordenador de Estágio; 2. Professor Orientador; 3. Supervisor da empresa; 4. Acadêmico.
IES 9	1. Supervisor de estágio; 2. Professor Orientador; 3. Acadêmico.
IES 10	1. Coordenador de estágio; 2. Professor Orientador; 3. Acadêmico.
IES 11	1. Professor da disciplina de Estágio; 2. Professor Orientador; 3. Acadêmico.
IES 12	1. Coordenação de estágio; 2. Professor Orientador; 3. Acadêmico
IES 13	1. Coordenador adjunto; 2. Professor Orientador; 3. Acadêmico.
IES 14	1. Coordenador de Estágio ; 2. Professor Orientador ; 3. Supervisor da Empresa; 4. Acadêmico.
IES 15	1. Coordenador de Estágio ; 2. Professor Orientador ; 3. Supervisor da Empresa; 4. Acadêmico

QUADRO 3: Componentes da Estrutura Organizacional do Trabalho de Curso

Fonte: Dados da pesquisa

5 Considerações Finais

Buscando responder ao objetivo proposto, evidencia-se a importância atribuída pelas IES pesquisadas ao Trabalho de Curso. Por mais que a Resolução do Conselho Federal de Administração (BRASIL, 2005) considere o Trabalho de Curso um processo opcional, 100% das IES consideram um processo obrigatório para a formação acadêmica do administrador.

Percebe-se também que há confusão entre as nomenclaturas utilizadas. Segundo as normas do Conselho Federal da Administração o Trabalho de Curso é um processo subsequente ao Estágio Supervisionado. Das IES pesquisadas seis não mencionam o Trabalho de Curso e sim estágio supervisionado. Desta forma, subentende-se que várias atividades podem ser consideradas como Trabalho de Curso. Pode-se dar ênfase a IES (7) UNIDAVI, por ser a única a utilizar-se da nomenclatura instituída pela resolução nº 4 de 13/07/05 do Ministério da Educação, a qual aplica desde o período letivo de 2006 a nomenclatura de Trabalho de Curso.

Quanto à realização do Trabalho de Curso, Lima e Olivo (2007) e Skora et al (2006) mencionam que o mesmo é realizado em grupos cujo número de estudantes varia de três a cinco, o mesmo não é considerado pelas IES pesquisadas, as quais atribuem individualização na realização, com exceção da IES – UNOESC que viabiliza a realização do trabalho em dupla. O fato da regulamentação da maioria das IES, quanto à realização individual, pode estar atrelado à responsabilidade de alguns acadêmicos pela realização de atividades, em contrapartida o desinteresse de outros na participação e compartilhamento de atividades.

Para responder aos desafios lançados pelo Trabalho de Curso, o acadêmico deve conhecer e interpretar as teorias aprendidas, as quais fundamentaram as áreas da

administração, para, poder estabelecer conexão com a prática aplicada ao Trabalho de Curso. Nesse processo o acadêmico deve entender a interdisciplinaridade como um processo de articulação das teorias aprendidas. Desta forma esse trabalho, aplicado a prática acadêmica, procurou apresentar informações gerais a respeito do Trabalho de Curso, cabe a cada acadêmico rastrear mais minuciosamente as características peculiares da sua IES.

Bibliografia

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; AMBONI, Nério. **Gestão de Cursos de Administração: metodologias e diretrizes curriculares**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DAS FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS. **IES do sistema ACADEMICO**: Mapas do sistema ACADEMICO. Disponível em: <http://www.acafe.org.br/new/index.php?endereço=conteudo/institucional/mapas.php>. Acesso em: 06 de Março de 2008. 15:32

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DAS FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS. **Memória**, 1974. Disponível em: <http://www.acafe.org.br/new/index.php?endereço=conteudo/institucional/memoria.php>. Acesso em: 26 de março de 2008. 12:22

BIANCHI, Anna Cecília de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. **Manual de orientação** : estágio supervisionado . 2.ed. São Paulo: Pioneira, 2002

BRASIL. **Código de Ética Profissional do Administrador**, 2008. (Aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 353, de 9 de abril de 2008). Disponível Em: <http://www.cfa.org.br/arquivos/selecionaitem.php?p=selecionaitem.php&coditem=63>. Acesso: 25 de junho 2008. 10:35

BRASIL. **História dos cursos de Administração do Brasil**, 1965. Disponível em: http://www.cfa.org.br/download/hist_cur_adm.pdf. Acesso em: 15 de jun. 2008, 9:54

BRASIL. **Posicionamento do Sistema CFA/CRA sobre a duração do Curso de Bacharelado em Administração**. 2006. Disponível em: http://www.cfa.org.br/arquivos/adm_notindividual_n.php?p=adm_notindividual_n.php&id=446&coditem=31. Acesso em: 15 de jun. 2008. 10:30

BRASIL. **Regulamento da lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965**. Regula o exercício da profissão de administrador. 1965. Disponível em: <http://www.cfa.org.br/download/reglei476965.pdf>. Acesso em: 06 de Março de 2008. 15:20.

BRASIL. **Resolução n.º 4, de 7 de julho de 2005**. Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Graduação em Administração. Relator: Edson de Oliveira Nunes. Publicado D.O.U Diário Oficial da União, Brasília, 19 jul. 2005. Disponível em: http://www.cfa.org.br/download/Res_2005_n04.pdf. Acesso em: 06 de março de 2008.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

FERRAZ, Maria Cristina C. O valor dos Trabalhos de Conclusão de Curso para o ingresso do profissional da informação nas empresas. **Perspect. cienc. inf.**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p.88-95, jan./jun. 2003.

FREITAS, Adriana Gomes de, et al. Os trabalhos de conclusão de curso e a interdisciplinaridade: da teoria à prática, 2006 . **Revista Pensamento e Realidade**. Ano IX — Nº 18/2006. Disponível em: <http://www.faculdadesaoluis.br/downloads/pdf/revista/revista18.pdf>. Acesso em: 04 de junho. 2008. 8:30

GAPARI, Liz Vanessa Lupi; JACOBY, Aloísio Francisco; OLIVEIRA, Ocimar Edson de. Estágio Supervisionado e O&O para análise administrativa: integração para orientação acadêmica. In. XVII ENANGRAD - Encontro Nacional da ANGRAD, 2006, São Luís do Maranhão. **Anais eletrônicos do XVII ... XVII ENANGRAD**. 2006

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - . **Cursos de Graduação Presenciais, 2005**. Disponível em: http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/{0B5DB53A-4431-4F10-8E2B-3682433B74B0}_sinopse3.pdf. Acesso em: 26 de junho 2008. 15:40

LIMA, Manolita Correia; OLIVO, Silvio. **Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso**: na construção da competência gerencial do Administrador. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

ROESH, S. M. A. **Projetos de estágio de curso de administração: guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo: Atlas, 1996.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SKORA et al. Os Critérios do Prêmio Nacional da Qualidade e a Formação do Administrador: uma alternativa para Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). In ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 30, 2006, Salvador. **Anais...** Porto Alegre: Pallotti, 2006. 1 CD-ROM.

UNIDAVI - Universidade Para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí. **Câmara de ensino (CAEN)** - Parecer nº 59/2007 aprovado em 04/10/2007. Disponível em: <http://www.unidavi.edu.br/?pagina=FILE&id=40638&ato=9685>. Acesso. 14 de junho de 2008. 19:20.

USJ - Centro Universitário Municipal de São José. **Regimento Geral**: resolução CONSUNI 004/2007. Disponível em: http://www.usj.edu.br/templates/52/conteudo_visualizar_dinamico.jsp?idConteudo=417&iduser=4172320&idEmpresa=57. Acesso em: 14 de junho de 2008. 19:30.